



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

PROCESSO: 08433916220188152001

BRDESCO SEGUROS S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ANTONIO GUILHERME LUCIO DOS SANTOS FILHO**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO EM RELACAO A PORCENTAGEM DOS HONORARIOS E DE SUA INCIDENCIA

Sem adentrar ao mérito da sentença, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

Gizadas tais razões de decidir, **ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO AUTURAL**, resolvendo o mérito da causa nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, **condeno a seguradora demandada a pagar ao autor a título de seguro a importância de R\$ 2.362,50 (Dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, consoante a Circular nº 255, da SUSEP, a partir do evento danoso, com incidência de juros de mora de 1,0% ao mês, a partir da citação válida, conforme estabelecem as Súmulas 43 e 54 do STJ.**

Considerando que as partes litigantes foram, proporcionalmente, vencido e vencedor, condeno ambas ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos moldes do que preceitua o art. 86 do Código de Processo Civil, em vigor desde o dia 18 de março de 2016, ressaltando ser o autor beneficiário da Justiça Gratuita.

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decism.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão quanto a porcentagem dos honorários e do momento da sua incidência (valor da causa ou condenação)

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada, devendo-se esclarecer a porcentagem e sua incidência.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

DO

AUTOR ANTONIO GUILHERME LUCIO DOS SANTOS FILHO AO SEU SUPOSTO REPRESENTANTE SERGIO DOS SANTOS

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que não há nos autos procuração por instrumento público (autor analfabeto) outorgando poderes do autor ao seu filho para o representar na presente demanda.

Verifica se que a procuração que consta nos autos é uma procuração por instrumento particular onde o filho representa o autor da ação (seu pai), porém não há nos autos a procuração do autor outorgando poderes ao filho para essa representação uma vez que o autor é maior de idade e capaz, vejamos:

OUTORGANTE:

Nome: Antonio Guilherme Lucio dos Santos
brasileiro, solteiro, sem estado civil, sup. por Sergio da S. Santos
CPF/MF: 753 586 544-53 RG: 1176687 SSP/PB
Endereço: Rua Elias Cavaleante de Albuquerque
330 Cristo Redentor CEP 58070400 J. Pessoa - PB

OUTORGADOS: FABIO CARNEIRO CUNHA LIMA, inscrito na OAB/PB, sob o nº. 13.527 e
ANA RAQUEL DE SOUSA E SILVA COUTINHO, inscrita na OAB/PB, sob o nº. 11.968,
todos com escritório profissional situado na Rua Quintino Bocaiúva, 358, sala 04, Torre,
Cep: 58.040-320, João Pessoa – PB.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, , conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 9 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB